

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Nota do autor à segunda edição	7
Nota do autor à primeira edição.....	9

Capítulo I INTRODUÇÃO

1. Criação e instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	21
2. “Sistema” assistemático dos Juizados Especiais	24
3. Das atribuições dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	27
4. Escopos sociopolíticos e jurídicos dos Juizados Especiais	28
5. A autocomposição como principal instituto dos Juizados Especiais	33
6. Subsidiariedade das Leis 9.099/95, 10.259/2001 e do Código de Processo Civil	38
7. Do aperfeiçoamento de magistrados e serventuários da Justiça.....	39
8. Juizados Especiais adjuntos, itinerantes, virtuais e processo eletrônico.....	39
9. Princípios processuais orientadores dos Juizados Especiais Cíveis	42
9.1 Princípio da oralidade e seus subprincípios	43
9.1.1 Princípio do imediatismo, imediação ou imediatidade.....	45
9.1.2 Princípio da concentração dos atos	45
9.1.3 Princípio da imutabilidade ou identidade física do Juiz.....	46
9.1.4 Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	46
9.1.5 Princípios da simplicidade, da informalidade, da economia processual e da celeridade	49
10. Da competência dos Estados para legislar em sede de Juizados Especiais	50

Capítulo II DA JURISDIÇÃO E DA COMPETÊNCIA

1. Jurisdição e competência: distinções e similitudes.....	53
2. Da competência: critérios, limites e questões controvertidas	56
2.1 Histórico legislativo das Leis 12.153/2009 e 10.259/2001 no que concerne à competência e à tendência instrumental em sede procedimental: breves considerações	56
2.2 Da escolha legislativa pela competência “absoluta” (ou mista)	61
2.3 Valor da causa e competência	62
2.3.1 Aspectos introdutórios a respeito do tema.....	62
2.3.2 Da competência “absoluta” (mista) em razão da matéria, limitação valorativa de 60 salários, obrigação de trato sucessivo e litisconsórcio ativo ...	63



JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	14
2.4 O critério da complexidade da causa	67
2.5 Competência em razão da matéria ou da qualidade das partes	71
2.6 Limitação da competência para atender as necessidades da organização dos serviços judiciais ou administrativos.....	72
3. Da competência para execução de títulos executivos judicial e extrajudicial.....	72
3.1 Da competência para a execução de título executivo judicial	72
3.2 O princípio da “perpetuatio jurisdictionis”: demandas pendentes em fase de liquidação e a execução de sentença	73
3.3 Competência para execução das sentenças criminais de natureza civil indenizatória.....	73
3.4 Da competência para execução de título executivo extrajudicial	75
4. Modificações da competência	75
5. Conflito de competência	76
6. Conexão e prevenção	78
7. Competência e atribuição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública	79
8. Da exclusão da competência	80
9. Da competência e do procedimento aplicável	81
10. Competência originária dos Tribunais de Justiça	81
11. Competência recursal	81

Capítulo III
DO JUIZ, DOS CONCILIADORES E DOS JUÍZES LEIGOS

1. Considerações preliminares acerca do tema.....	83
2. Poderes instrutórios do juiz (togado ou leigo) e o princípio dispositivo	84
3. “Justiça participativa”: os novos auxiliares e suas atribuições	87
4. Do recrutamento dos conciliadores e juízes leigos (ou instrutores)	89
5. Auxiliares da Justiça e impedimento ao exercício da advocacia.....	90
6. Da instituição e composição das Turmas Recursais	95
7. Decisão justa e equânime	97
8. Valoração das provas e do direito baseada em regras de experiência comum ou técnica	102
9. Da coordenação dos Juizados e da implantação da Justiça volante	103

Capítulo IV
DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

1. Da capacidade para estar em juízo. Pressuposto processual de validade	105
2. Sujeitos integrantes dos polos ativo e passivo das demandas, as limitações estabelecidas no art. 5.º da Lei 12.153/2009 e os reflexos em sede de competência	106
3. Da capacitação processual e o pedido contraposto.....	109
4. Da exclusão das pessoas naturais cessionárias de pessoas jurídicas. Da cessão de crédito real ou fictícia	110
5. Das partes em juízo e as questões voltadas à representação judicial	111
5.1 Da representação para a causa e a assistência facultativa de advogado.....	111

5.2	Do eventual limite estabelecido para a facultatividade do patrocínio da causa por advogado e seus reflexos de ordem constitucional	112
5.3	Das hipóteses de obrigatoriedade do patrocínio da causa por advogado e a complexidade da demanda.....	117
5.4	Do equilíbrio processual entre os litigantes.....	119
5.5	Mandato verbal ou escrito.....	119
5.6	Representação da pessoa jurídica por preposto credenciado.....	120
6.	Intervenção de terceiros, assistência e “amicus curiae”.....	121
7.	Do litisconsórcio.....	123
8.	Da intervenção do Ministério Público Estadual.....	124

Capítulo V DOS ATOS PROCESSUAIS

1.	Noções de atos processuais.....	125
2.	Dos atos das partes.....	127
3.	Atos e pronunciamentos judiciais.....	127
4.	Do tempo e do lugar dos atos processuais.....	130
5.	Nulidades e instrumentalidade das formas.....	130
6.	Dos atos processuais em comarcas distintas.....	131
7.	Dos registros dos atos processuais e o processo eletrônico.....	131
8.	Das disposições das normas de organização judiciária.....	132
9.	Das citações, das intimações e da inexistência de prazo privilegiado à Fazenda Pública.....	132

Capítulo VI DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO PROCEDIMENTO SUMARIÍSSIMO

1.	Tipos de processo e de procedimentos: breves considerações.....	136
2.	Processos admitidos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	139
3.	Natureza jurídica, classificação das ações e enquadramento nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	140
4.	Tipos de ações admissíveis e procedimentos aplicáveis nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	146
5.	Da propositura da ação.....	148
6.	Petição inicial e capacidade postulatória. A problemática questão da (in)constitucionalidade no que concerne à presença facultativa do advogado para o ajuizamento da demanda.....	148
7.	Da petição inicial e a possibilidade de emenda.....	149
8.	Modificação do pedido ou da causa de pedir.....	150
9.	Requerimento inicial e superveniência da causa independente.....	151
10.	Petição inicial: requisitos.....	152
10.1	Considerações preliminares.....	152
10.2	Qualificação das partes e destinatário da peça.....	155



10.3	Causa de pedir.....	157
10.4	Objeto (mediato e imediato): pedido e suas especificações, alternatividade e cumulatividade	157
10.5	Valor da causa e a relevância do instituto.....	161
11.	Das provas	164
11.1	Meios probatórios e sua admissibilidade	164
11.2	Tipos de prova	166
11.3	Momento processual oportuno para requerer (especificar) as provas e sua efetiva produção.....	166
11.4	A questão da tempestividade para o requerimento de produção de provas.....	168
11.5	Os poderes instrutórios do juiz	168
11.6	Da prova testemunhal	170
11.6.1	Número máximo de testemunhas.....	170
11.6.2	Do comparecimento das testemunhas.....	172
11.6.3	Do prazo para a formulação de pedido de intimação das testemunhas	172
11.6.4	Da condução da testemunha.....	172
11.7	Da prova técnica.....	173
11.7.1	Complexidade da matéria e prova técnica	173
11.7.2	Realização da prova técnica e antecipação de honorários	175
11.7.3	Da inspeção judicial	177
12.	Das tutelas de urgência	177
12.1	Tutelas de urgência: considerações gerais.....	177
12.2	Tutelas acautelatórias e antecipatórias nos Juizados da Fazenda Pública.....	178
13.	Considerações gerais preliminares sobre o procedimento	181
14.	Trâmites preambulares.....	182
15.	Da audiência de conciliação, instrução e julgamento	182
15.1	Ato processual único, uno e indivisível, nada obstante fracionário	182
15.2	Desdobramento da audiência.....	183
15.3	Comparecimento espontâneo e simultâneo das partes em juízo.....	184
15.4	Da autocomposição: conciliação e transação – Importância, conceitos, distinções e similitudes	185
15.4.1	Das atividades conciliatórias	188
15.4.2	Da presidência da audiência em fase conciliatória.....	188
15.4.3	Do acordo, seus termos e homologação.....	189
15.5	Efeitos decorrentes da ausência das partes (autor ou réu) em qualquer fase da audiência de conciliação, instrução e julgamento	189
15.6	Momento processual oportuno para decidir as questões incidentais.....	191
15.7	Juntada de documentos e manifestação das partes	192
15.8	Dos termos em audiência e seu registro	192
16.	Da resposta do réu.....	193

16.1	Tipos de resposta e forma de oferecimento da peça	193
16.2	Da contestação	193
16.3	Das exceções	196
16.4	Da reconvenção e do pedido contraposto	197
16.5	Momento processual oportuno e princípio da eventualidade: do prazo para responder.....	201
16.6	Da manifestação do autor sobre a resposta	204
17.	Da revelia	205
17.1	Conceito clássico, amplitude e classificação.....	205
17.2	Efeitos da revelia: a regra geral	208
17.3	A revelia delineada nos moldes do art. 20 da Lei 9.099/95.....	209
17.4	Revelia e seus efeitos em face dos entes públicos.....	211
18.	Providências preliminares ou julgamento conforme o estado do processo.....	214
18.1	Conclusão da fase postulatória e julgamento conforme o estado do processo	215
19.	Da opção pela arbitragem e análise da possibilidade de sua instituição diante das regras específicas definidas através da Lei 12.153/2009 – Arbitragem e a Fazenda Pública: breves considerações distintivas e comparativas entre o regime arbitral instituído pela Lei 9.307/96 e Lei 9.099/95.....	216
20.	Atividades preliminares à audiência de conciliação, instrução e julgamento	218
21.	Da instrução e julgamento	219
22.	Razões impeditivas à instauração imediata da instrução e julgamento.....	219
23.	Designação de data próxima para o prosseguimento da audiência.....	219
24.	Das atividades instrutórias.....	220
25.	Da sentença.....	221
25.1	Da sentença proferida em audiência e em gabinete.....	221
25.2	Conteúdo da sentença.....	222
25.3	Da liquidez da sentença.....	224
25.4	Da ineficácia da sentença.....	224
25.5	Da sentença proferida por juiz instrutor (ou “leigo”).....	225
25.6	Sentença “ad referendum” do juiz togado.....	226
25.7	Da coisa julgada	227
25.8	Exceção do limite de alçada em face da incidência de juros e correção monetária	227
25.9	Exceção ao limite de alçada em face da sucumbência, de sanção pecuniária por litigância de má-fé, prática de ato atentatório ao exercício da jurisdição, “astreintes” e multa por não pagamento espontâneo decorrente de condenação por quantia certa	228
25.10	Modificações do salário-mínimo após o ajuizamento da demanda.....	229
25.11	Prestações periódicas ou de trato sucessivo	230
25.12	Da advertência a respeito da renúncia de crédito excedente.....	231
25.13	Julgamento de mérito conforme o estado inicial do processo.....	232

Capítulo VII
RECURSOS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

1. Considerações gerais	235
2. Indispensabilidade de advogado em segundo grau de jurisdição	238
3. Do reexame necessário.....	239
4. Do julgamento monocrático em sede recursal	239
5. Controle de admissibilidade dos recursos.....	240
6. Composição e competência dos Colégios Recursais	240
7. Efeitos decorrentes do recebimento do recurso.....	244
8. Do preparo, da deserção e da isenção de custas para os entes públicos.....	245
9. Dos prazos em geral	246
10. Da transcrição das fitas magnéticas.....	246
11. Da intimação da data do julgamento	247
12. Do conteúdo e fundamentação do acórdão	247
13. Da resposta ao recurso	248
14. Indeferimento da petição inicial e reforma de ofício da sentença	248
14-A. Do recurso em razão de julgamento de mérito conforme o estado inicial do processo..	248
15. Dos recursos em espécie	249
15.1 Da apelação	249
15.1.1 Considerações introdutórias	249
15.1.2 Dos prazos para interposição do recurso	250
15.1.3 Fundamentação e forma do recurso	250
15.2 Do agravo interno	251
15.3 Do agravo	251
15.4 Dos embargos de declaração.....	256
15.5 Dos embargos infringentes.....	259
15.6 Uniformização de jurisprudência	260
15.7 Recurso especial.....	273
15.8 Recurso extraordinário	275
16. Dos meios de impugnação em geral	276
16.1 Do mandado de segurança e habeas corpus.....	276
16.2 Do pedido de reconsideração	281
16.3 Da reclamação ou correção parcial	283
16.4 Da reclamação perante o STJ destinada a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência da Corte.....	285
16.5 Da ação rescisória.....	287
16.6 Da ação anulatória.....	288
17. Da correção <i>ex officio</i> de erro material.....	289

Capítulo VIII
DA EXTINÇÃO DO PROCESSO
SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

1. Extinção do processo e suas hipóteses	290
2. Extinção ou redistribuição do processo	290
3. Contumácia do autor e efeitos decorrentes da ausência das partes em qualquer fase da audiência de conciliação, instrução e julgamento	292

4. Incompatibilidade procedimental.....	294
5. Incompetência territorial.....	295
6. Impedimentos supervenientes.....	296
7. Falecimento do autor.....	298
8. Extinção do processo sem intimação pessoal das partes.....	298
9. Ausência do autor à audiência por motivos de força maior.....	299

Capítulo IX DA SUCUMBÊNCIA

1. Do amplo acesso à Justiça, gratuidade e princípio da sucumbência.....	301
2. A distinção a respeito da sucumbência em sede de Juizados Especiais Federais, Juizados Especiais Estaduais e Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	306
3. Das despesas processuais em grau de recurso.....	308
4. Litigância de má-fé, prática de ato atentatório ao exercício da jurisdição, sucumbência, “astreintes” e multa por não pagamento espontâneo decorrente de condenação.....	309
5. Da sucumbência em segundo grau de jurisdição.....	309
6. Das despesas e honorários no processo de execução.....	310

Capítulo X DA EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

1. Escopos sociais, políticos e jurídicos dos Juizados Especiais em sede executiva fundado em título judicial e a adequação do instrumento em face da natureza obrigacional.....	312
2. Título executivo judicial.....	314
2.1 Das sentenças em obrigações de fazer, não fazer ou entregar coisa certa.....	314
2.2 Das sentenças condenatórias de obrigação de pagar quantia certa.....	315
2.2.1 Transmutação da condenação (exortação) em mandamento (ordem).....	315
2.2.2 Técnicas de efetivação e regime de procedimentalidade – “Contempt of court” e medidas coercitivas: “astreintes” e prisão pelo crime de prevaricação ou desobediência.....	319
2.2.3 Procedimento para efetivação do pagamento.....	329
2.2.4 Das formas de oposição à execução.....	330
2.2.5 Vedação do fracionamento para quitação da dívida e satisfação do credor.....	331
2.2.6 Da renúncia facultativa ao crédito excedente ao limite de alçada dos Juizados.....	331
2.2.7 Da liquidação de sentença.....	333
2.2.8 Da conversão dos índices e cálculo do contador.....	334
2.3 Das sentenças declaratórias e constitutivas: a satisfação no plano meramente formal ou jurídico.....	334
2.4 Da execução de título judicial em que o particular é sucumbente.....	334
2.5 Da intimação da sentença e do ato de instar.....	335
2.6 Da inexistência de bens penhoráveis e seus efeitos.....	335
2.7 Do arresto de bens do devedor não localizado.....	335

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	20
3. Da execução de título extrajudicial.....	336
3.1 Da execução contra a Fazenda Pública: regime execucional e processamento da execução	336
3.2 Da execução contra o particular: regime execucional e processamento da execução.....	337
3.3 Embargos à arrematação, à adjudicação e embargos de terceiro	338
Capítulo XI	
CONSIDERAÇÕES FINAIS E GERAIS	
1. Introdução	339
2. Defensoria Pública, assistência judiciária e curadorias	339
3. Acordo extrajudicial e validade jurídica.....	340
4. Extensão das hipóteses de conciliação	340
5. Eficácia da lei no tempo e no espaço	341
Bibliografia	343
Anexos.....	353
Anexo I – Fluxogramas	355
Anexo II – Legislação	361
Constituição Federal (arts. 98 E 100)	361
Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995	363
Lei 10.259, de 12 de julho de 2001.....	376
Lei 12.153, de 22 de dezembro de 2009	380
Anexo III – Quadro comparativo das Leis 12.153/2009, 10.259/2001 e 9.099/1995	384
Anexo IV – Provimento 7, de 7 de maio de 2010, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	391
Anexo V – Superior Tribunal de Justiça, Resolução 12, de 14 de dezembro de 2009	398
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	403
ÍNDICE ONOMÁSTICO	409
ÍNDICE LEGISLATIVO POR ARTIGOS	412